
CRISE, CONFLITO OU AMBOS? UMA ANÁLISE DA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA

CRISIS, CONFLICT, OR BOTH? AN ANALYSIS OF CRIMEA'S ANNEXATION

Eduardo Augusto Faria de Souza Maia¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo identificar as diferenças e semelhanças teóricas entre Crises e Conflitos, comparando amplas definições de cada e trazendo exemplos empíricos que possam ilustrar as nuances de cada um. Ao final, foi feita uma sumarização das principais características e analisado o caso da anexação da Crimeia pela Rússia em 2014. Como resultado, percebeu-se grande entrelaçamento e sobreposição teórica entre os termos, quando analisados na empiria.

Palavras-Chave: Crises; Conflitos; Crimeia.

Abstract

This paper aims to identify the conceptual differences and similarities between Crises and Conflicts, comparing definitions of each of these terms, while providing empirical examples that illustrate the nuances of each. In the end, a summary was made of the main features that can be identified in its definitions, and it was analyzed the case of the annexation of the Crimea by Russia in 2014. As result, it was noted that there is a great interweaving and theoretical overlap between the terms when analyzed in empiricism.

Keywords: Crises; Conflicts; Crimea.

1. INTRODUÇÃO

Estados podem entrar em contenda sobre as mais variadas questões na política internacional. Desde questões cotidianas como trocas econômicas e comerciais, aos assuntos da *realpolitik* como relações político-diplomáticas com outros Estados ou questões militares e de segurança nacional. Sendo assim, seriam através dessas contendas que surgiriam conflitos e crises que podem se agravar, levando ao esfacelamento das relações entre Estados.

Mas a pergunta é: quais as diferenças entre estes dois termos? Crises internacionais podem ser consideradas como conflitos internacionais na mesma medida? Ou inversamente, conflitos podem ser considerados como crises? Se sim, de que maneira? Para o Dicionário de Política de Norberto Bobbio, o conflito pode ser entendido como “uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) duduamaia@yahoo.com.br. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Finance Code 001.

distribuição de recursos escassos” (BOBBIO, MATTEUCI e PASQUINO, 1998, p. 225). Já a crise seria entendida como um estágio de interrupção na funcionalidade de um sistema; “uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame”. E, complementarmente, tal crise se caracterizaria por três elementos: pelo elemento de subaneidade e imprevisibilidade; pela duração limitada; e pela incidência no sistema (BOBBIO, MATTEUCI e PASQUINO, 1998, p. 305).

Contudo, tais definições se mostram essencialmente pertencentes à área da Ciência Política em geral, não representando, portanto, o entendimento específico que a literatura de Relações Internacionais teria sobre o assunto. Nesse sentido, tal discussão e diferenciação de termos se justifica na medida em que se percebe nesta última literatura, uma fraca sistematização comparativa e uma relativa tendência a se categorizar, binariamente, acontecimentos internacionais ou como uma crise, ou como um conflito, não considerando, portanto, o possível entrelaçamento entre tais termos.

Por exemplo, quando se fala em crises internacionais, comumente fala-se da Crise dos Mísseis Cubanos, de 1962, como um exemplo canônico de crise entre os Estados Unidos e a União Soviética, que quase levou à guerra nuclear. Já quando o assunto são conflitos, o caso árabe-israelense rapidamente se torna a grande referência de um conflito prolongado que ainda não se solucionou, e que vem se arrastando ao longo de décadas. Deste modo, se faz necessário identificar, tanto na teoria quanto na prática, as possíveis semelhanças e diferenças que crises e conflitos possuem quando analisados determinados casos entre Estados, mais especificamente.

De modo a responder a tais perguntas, o objetivo deste trabalho é, portanto, analisar e identificar as semelhanças e diferenças intrínsecas a estes dois termos, analisando três amplas definições acadêmicas das Relações Internacionais e retirar destas as essências teóricas e conceituais que as mesmas compartilham. Nesse sentido, para se falar de crises, foram analisadas as contribuições de Brecher (2018), de Lebow (1984) e de Nicholson (1992). Já na seção que trata dos conflitos, foram analisadas as contribuições de Brecher (1993), Pruitt & Kim (2004) e Bercovitch et al. (2009), além de autores complementares à discussão. Tais autores são relevantes para a discussão proposta na medida em que os mesmos demonstram uma significativa contribuição para os estudos de crises e conflitos, dadas as suas vastas produções bibliográficas sobre o tema ao longo dos anos².

Por fim, após o apanhado e sumarização geral das definições de crises e conflitos internacionais, foi feito, na seção 4.1 deste trabalho, uma breve análise e estudo do caso da anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014, como forma de identificar se o mesmo pode ser entendido como uma crise ou como um conflito internacional, aplicando as nuances teóricas apresentadas dentro de um caso empírico ocorrido entre a União Europeia, Ucrânia, Rússia e Crimeia. Tal estudo de caso se faz necessário na medida em que as análises e especulações

² A produção bibliográfica de tais autores se mostra vasta. Porém, para atender aos objetivos deste trabalho, somente uma pequena fração foi selecionada com o intuito de retirar as considerações mais relevantes e diretas sobre o estudo de crises e conflitos internacionais.

teóricas aqui trabalhadas, não são suficientes por si só, pois, é identificando na empiria que a construção e indagação teórica sobre determinado assunto, ou tema, ganha validade e sustentação argumentativa. Além do mais, a anexação da Crimeia foi escolhida por se mostrar como um caso relativamente recente na história, que levou a desdobramentos internacionais significativos e que foi categorizado, por vezes como uma crise, e por vezes como um conflito, demonstrando diferentes interpretações sobre a mesma.

2. CRISES INTERNACIONAIS

Esta primeira seção tem por objetivo tratar de três amplas definições de crises, de modo geral, e de crises internacionais que serão utilizadas, não exaustivamente, como base teórica de comparação a fim de se extrair as principais semelhanças e diferenças conceituais que as mesmas trazem consigo. Ao mesmo tempo, serão elencados exemplos empíricos que demonstrem a aplicação destas mesmas definições na prática.

2.1. Definição de Crise Internacional em Brecher (2018)

A primeira das definições sobre crises internacionais, a ser tratada, advém de Brecher (2018), na qual o autor faz a distinção entre dois, porém inter-relacionados, tipos de crises internacionais. A primeira delas seria a crise internacional do “nível macro”, onde a mesma é:

[C]oncebida como um terremoto político internacional. Isso (1) denota uma mudança no tipo e/ou aumento na intensidade de interações disruptivas entre dois ou mais Estados, com uma maior probabilidade de hostilidades de guerra/militares que, por sua vez, (2) desestabilizam seu relacionamento e desafiam a estrutura de um sistema internacional (BRECHER, 2018, p. 20, 21 - tradução própria).

E a segunda definição, diretamente ligada à primeira, seria relacionada a uma crise de “política externa”, onde a mesma:

[D]eriva de três percepções inter-relacionadas pelos tomadores de decisão do estado: (1) uma ameaça a um ou mais valores básicos, (2) tempo finito de resposta e (3) maior probabilidade de hostilidades militares antes que o desafio seja superado (BRECHER, 2018, p. 20, 21 – tradução própria).

As definições acima estariam intimamente relacionadas na medida em que a crise internacional do nível macro, entendida como um terremoto político internacional, “começa com um ato ou evento disruptivo, um ponto de quebra (gatilho), que cria uma crise de política externa para um ou mais estados” (BRECHER, 2018, p. 23). Um primeiro exemplo para tal definição seria os acontecimentos que geraram confrontos armados entre China e Índia, em 1962, quando a República Popular da China atravessou a fronteira da cordilheira nordeste de Thag La (*Thag La Ridge*) da Índia dando início a uma crise e, posteriormente, uma guerra entre os dois Estados por aquele território; e o segundo exemplo seria o envio da 4ª Divisão Armada do Egito na Península do Sinai, em maio de 1967, levando à Guerra dos Seis Dias contra Israel (BRECHER, 2018).

É possível elencar, ainda, um terceiro exemplo de crise internacional nos moldes acima: A Crise dos Mísseis Cubanos. Em 1962, quando a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) instalou, através de uma ação de *fait accompli*³, mísseis nucleares de curto e médio alcance na ilha de Cuba, um “terremoto político internacional” se fez presente, desestabilizando o relacionamento entre URSS e Estados Unidos e gerando uma alta probabilidade de enfrentamento militar entre os mesmos. Isso gerou, logo em seguida, uma crise de política externa, trazendo aos tomadores de decisão estadunidenses, além da percepção de alta probabilidade de enfrentamento militar, um tempo finito de resposta àquela situação e uma ameaça aos valores americanos (BRECHER, 2018; GEORGE, 1991a; GEORGE, 1991b).

Assim sendo, uma crise internacional se encerraria “com um ato ou evento que denota uma redução qualitativa na atividade conflitiva” (BRECHER, 2018, p. 23). Nos exemplos acima, a crise Sino-Indiana de 1962 se encerrou através de uma declaração unilateral chinesa de cessar-fogo; a Guerra dos Seis Dias, de 1967, terminou com a vitória de Israel sobre os países árabes; e a crise dos mísseis se concluiu com a negociação, entre Estados Unidos e URSS, da retirada dos mísseis soviéticos de Cuba em troca da retirada de mísseis americanos da Turquia, após o bloqueio naval decretado pelo Presidente Americano, John F. Kennedy (BRECHER, 2018; GEORGE, 1991a; GEORGE, 1991b).

Ademais, Brecher (2018) afirma que crises estariam intimamente ligadas, conceitual e empiricamente, à noção de *guerra*, e que grande parte das crises internacionais emergiriam de um contexto “sem guerra” onde algumas não escalam a tal ponto (como o Bloqueio de Berlim de 1948-1949 e a Crise dos Mísseis Cubanos, de 1962), e outras escalariam à guerra posteriormente (como a entrada para a Segunda Guerra Mundial, em 1939). O autor se refere a tais eventos como “Crises Intra-Guerras” (*Intra-War Crisis - IWC*) e que as mesmas teriam afetado profundamente as decisões de líderes japoneses e alemães durante a Segunda Guerra Mundial que precisaram deliberar sobre a queda de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki e a derrota na batalha de Stalingrado (1942-43), respectivamente. (BRECHER, 2018, p. 26).

2.2. Definição de Crise Internacional em Lebow (1984)

Lebow (1984) define uma crise internacional a partir de três critérios operacionais. O primeiro deles seria quando: *(1) os policy-makers percebem que a ação, ou ameaça de ação, de outro ator internacional prejudica seriamente os interesses nacionais concretos, a reputação de negociação do país ou sua própria capacidade de permanecer no poder.* Sob este critério, uma crise pode se desencadear através da combinação de qualquer uma dessas ameaças. A título de exemplificação o autor expõe que “as muitas crises entre a Alemanha e os Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial foram precipitadas por ataques de submarinos alemães sobre

³ Em sua tradução literal, *fait accompli* significa “fato consumado” e, de acordo com Altman (2017, p. 882) o *fait accompli* “impõe um ganho unilateral limitado às custas de um adversário na tentativa de obter este ganho quando o adversário escolhe por ceder ao invés de escalar em retaliação”. Complementarmente, George (1991c, p. 382) define o *fait accompli* como quando “O desafiante [*challenger*] está confiante de que o adversário [defender] não está comprometido em defender a posição sob disputa, (...) Então o desafiante decide que uma rápida e decisiva ação não somente é o modo mais eficiente de mudar o *status quo* mas é também livre de risco na medida em que a probabilidade de escalada indesejada está em preocupação.”

embarcações aliadas ou neutras”. Nesse sentido, o então presidente Wilson teria se sentido “compelido a reagir porque ele estava convencido de que interesses americanos vitais estavam em jogo (LEBOW, 1984, p. 10 – itálicos próprios).

Em contrapartida, a percepção russa de ameaça tanto nas crises da Bósnia e na crise Julho se relacionariam diretamente com a reputação de negociação do país, pois, “líderes russos acreditaram que seu império deixaria de ser reconhecido como uma grande potência se eles concordassem com a destruição da Áustria pela Sérvia”. Adicionalmente, os *policy-makers* seriam motivados a agir por mais de uma dessas ameaças. Por exemplo, uma intimidação a interesses nacionais vitais poderia, também, ameaçar tanto a reputação de barganha do Estado quanto as chances de seus líderes permanecerem no poder. “A reação da elite decisória americana com a descoberta de mísseis soviéticos em Cuba é um caso em questão” (LEBOW, 1984, p. 10).

Lebow (1984) afirma que a Crise dos Mísseis de Cuba teria apresentado todas essas três ameaças. A preocupação principal do então secretário de Estado Dean Rusk, e de Robert McNamara não seria, pelo menos em um primeiro momento, o alcance e perigo iminente dos mísseis afetarem o hemisfério ocidental ou o *status quo*, mas, sim, o “impacto das bases soviéticas sobre a reputação de barganha do país (...) [na medida em que uma] falha americana em defender seu comprometimento público de manter armamentos ofensivos fora de Cuba encorajaria os soviéticos a desafiarem outros compromissos americanos em outro lugar do planeta” (LEBOW, 1984, p. 10).

O segundo critério operacional seria quando: (2) os *policy-makers* percebem que quaisquer ações da sua parte, destinadas a contrariar esta ameaça (à parte da capitulação), levantam uma perspectiva significativa de guerra. Lebow (1984) esclarece a percepção de um risco real de guerra geraria a intensidade e stress característicos de uma crise. Neste contexto, os *policy-makers* se sentiriam em um ambiente de tomada de decisão muito diferente do normal. Para ilustrar tais afirmações, o autor recorre, novamente, à Crise dos Mísseis:

A reação inicial da maioria dos oficiais americanos, informados sobre a descoberta de um local de mísseis soviéticos em San Cristobal, foi de que as duas superpotências estavam à beira da guerra. O Secretário de Defesa, primeiro oficial político notificado dos resultados do reconhecimento de [mísseis] U-2, achou que os Estados Unidos e a União Soviética estavam no começo de um "confronto decisivo" porque o presidente Kennedy não podia tolerar uma base de mísseis soviéticos em Cuba (LEBOW, 1984, p. 11 – tradução própria).

Em suma, a dificuldade entre a necessidade de se proteger os interesses vitais da nação, e evitar a guerra, teriam gerado um árduo “esforço psicológico” que se seguiu nos dias posteriores (LEBOW, 1984). Por fim, o terceiro critério operacional assevera que (3) os *policy-makers* se percebem agir sob restrição de tempo. Determinadas crises internacionais possuem uma duração muito curta, e isso faria com que o processo decisório dos tomadores de decisão, e consequentemente o resultado final deste processo decisório, sejam grandemente afetados por essa restrição de tempo. A ideia seria que o stress gerado pelo curto período de tempo para

resposta pelos tomadores de decisão do Estado seria um fator definidor de uma crise (LEBOW, 1984, p. 12).

Lebow (1984) argumenta que a grande ênfase sobre a restrição de tempo advinda da literatura que trata sobre crises, se derivaria da grande “popularidade das crises de Julho [Rússia] e da Crise dos Mísseis como estudos de caso”. No entanto, é preciso ter em mente que a duração de uma crise é relativa, e nem todas se darão em um curto período de tempo, pois, crises como a Hispano-Americana sobre Cuba, a Russo-Finlandesa e a Crise do Bloqueio de Berlim, tiveram uma duração de 150 dias, 189 dias, e 311 dias, respectivamente. Nesse sentido, seria errado dizer que pressões de tempo mais duras seriam uma característica definitiva das crises internacionais. No entanto, se mostra útil considerar tais constrangimentos de tempo como uma condição determinante de crises a fim de se diferenciar “crises de longo prazo” ou “crises crônicas” (LEBOW, 1984, p. 12).

2.3. Definição de Crise Internacional em Nicholson (1992)

Nicholson (1992) define crises através de cinco (5) principais fatores, dos quais três são “características definidoras” e dois, características “contingentes”. Em suas palavras: *A primeira característica definidora é que uma crise cria preocupações com fatores importantes como guerra e paz e talvez a própria existência da sociedade em questão. A segunda é que há um anormal grau de incerteza sobre o resultado da crise* (NICHOLSON, 1992, p. 121 – itálicos próprios). O autor afirma que essas duas características seriam condições gerais, podendo ser encontradas em situações e contextos diferentes do contexto internacional, como por exemplo:

Uma crise na medicina (onde a palavra se originou) é um período de dúvida quando um paciente poderia morrer – o qual é tipicamente tido como desastroso – ou se recuperar, essencialmente restaurando o *status quo ante*. O intervalo de utilidade – se o termo é apropriado – entre essas duas alternativas extremas é muito amplo, particularmente para o paciente. Similarmente, em crises internacionais há um pequeno período no qual as chances de estouro de uma guerra se torna realmente significativa. (...). A alternativa, mais preferida, é uma resolução pacífica da crise, ou por compromisso, ou por um retorno ao *status quo ante*. Tanto nos exemplos médicos quanto internacionais, um desastre é anormal. (...). Uma crise, no entanto, envolve altas chances de grandes reversões, o que a torna tão perturbante (NICHOLSON, 1992, p. 122 – tradução própria).

Já a terceira característica seria que *uma crise toma lugar sob um relativo curto período de tempo* (NICHOLSON, 1992, p. 121 – itálicos próprios). Sobre esta terceira característica, Nicholson (1992) argumenta que crises internacionais durariam poucos dias ou semanas. Nesse sentido, o ritmo com que as decisões devem ser tomadas seriam bem maiores que o normal. Isso traria uma série de implicações para os Estados envolvidos, como por exemplo, o desempenho dos processos das tomadas de decisão ficaria menor, haveria somente uma rápida e superficial inspeção dos documentos em pauta e os indivíduos envolvidos seriam postos sob uma severa pressão física e mental que pode distorcer seus julgamentos (NICHOLSON, 1992, p. 122).

Finalmente, no que diz respeito às características contingentes, a primeira delas seria quando (a) *“existe um amplo e anormal fluxo de informação no sistema”*, e segunda seria quando (b) *“os tomadores de decisão trabalham sob um grau de pressão muito maior que o normal”*

(NICHOLSON, 1992, p. 121 – itálicos próprios). Sobre a primeira característica contingente, o autor afirma que não é uma condição imprescindível a existência de uma ampla quantidade de informação entre os Estados envolvidos e entre suas estruturas de tomada de decisão. Seria possível a existência de uma crise “simples”, onde as questões mais relevantes se mostram de mais simples resolução que as outras. Por fim, a segunda característica contingente seria uma consequência do resto das características: “Se há um grande volume de trabalho, não tanto tempo, e o trabalho requer decisões importantes, decisões são tomadas sob pressão. Enquanto isto for simples de observar, suas consequências são importantes” (NICHOLSON, 1992, p. 122-123).

3. CONFLITOS INTERNACIONAIS

Esta segunda seção, assim como a primeira, tem por objetivo tratar de três amplas definições de conflitos, de modo geral, e de conflitos internacionais que também serão utilizados não exaustivamente como base teórica de comparação para se extrair suas principais semelhanças e diferenças conceituais. Também serão elencados exemplos empíricos que demonstrem a aplicação destas mesmas definições na prática.

3.1. Definição de Conflito em Brecher (1993)

Enquanto Brecher (2018) utiliza definições e conceitos de crises internacionais, somente, o trabalho do autor de 1993 se concentra em lidar com definições e conceitos de conflitos internacionais e as diferenças essenciais entre conflitos e crises. Deste modo, Brecher (1993) define, primeiramente, o “fenômeno do conflito” como as “evidentes interações coercivas de coletividades em contenda” (GURR *apud* BRECHER, 1993, p. 4). Além disso, elas seriam caracterizadas por duas ou mais partes envolvidas em ações reciprocamente hostis utilizando da coerção⁴ para prejudicar ou controlar seus oponentes (BRECHER, 1993, p. 4). No que diz respeito aos conflitos e crises internacionais, Brecher (1993) afirma que estes não são sinônimos, embora estejam intimamente interligados:

Em essência, toda crise reflete um "estado de conflito" entre dois ou mais adversários, mas nem todo conflito se reflete em uma crise. Além disso, o foco da crise é (geralmente) uma questão única, seja uma disputa de fronteira, boicote econômico, alegação de maus tratos a um grupo minoritário, ameaça a um regime político, etc. (BRECHER, 1993, p. 4).

Continuando este raciocínio, Brecher (1993) assevera que crises podem ocorrer tanto dentro quanto fora de conflitos prolongados como, por exemplo, a crise entre Etiópia e Somália sobre o território de Ogaden disputado por ambos os países, e as “*Cod Wars*” de 1973 e 1975-76 entre Islândia e Reino Unido sobre direitos de pesca. Mesmo quando uma crise é muito longa, ainda assim seria possível distingui-la de um conflito, como por exemplo a crise das águas do Rio

⁴ A partir deste ponto, entende-se por “coerção”, ou “ações coercivas” o ato de “persuadir um oponente a parar uma ação em andamento ou iniciar um novo curso de ação pela mudança de cálculos de custo e benefício”. (PAPE, 1996, p. 12). Ou seja, a coerção assim definida abarca tanto a noção de fazer o oponente iniciar uma ação que o mesmo não iniciaria originalmente, quanto desfazer uma ação que ele não desfaria.

Jordão de 1963-64 localizada dentro de um conflito prolongado maior: o conflito Árabe-Israelense (BRECHER, 1993, p. 4-5). Tais exemplos levantam a questão de como distinguir, então, “conflitos prolongados” de outros tipos de contendas e turbulências internacionais. Nesse sentido, Brecher (1993) afirma que que conflitos prolongados podem ser entendidos como:

Interações hostis que se estendem por longos períodos de tempo com surtos esporádicos de guerra aberta flutuando em frequência e intensidade. São situações de conflito nas quais as apostas são muito altas (...). Embora possam exibir alguns pontos de interrupção durante os quais há uma cessação da violência evidente, eles permanecem no tempo e não têm ponto de término distinguível (...). Conflitos prolongados, isto é, não são eventos específicos ou mesmo conjuntos de eventos em um determinado momento; eles são processos (AZAR *et al. apud* BRECHER, 1993, p. 5).

Em outras palavras, um conflito prolongado existiria quando as hostilidades entre dois ou mais Estados não se encerram num curto ou médio prazo e se arrastam por longos períodos de tempo, despontando em crises de tempos em tempos. Brecher (1993) exemplifica, novamente, como conflitos prolongados aqueles entre Afeganistão e Paquistão, Etiópia e Somália, Grécia e Turquia, Irã e Iraque, Israel e os países Árabes etc. (BRECHER, 1993, p. 5). Nesse sentido, o elemento definidor de um conflito em Brecher (1993) é, portanto, o uso de ações reciprocamente hostis entre duas ou mais partes, que perdura por algum período de tempo, e que não possui somente uma única questão como fonte de divergência.

3.2. Definição de Conflito em Pruitt & Kim (2004)

Embora o trabalho de Pruitt & Kim (2004) trate das definições, conceitos e empiria do que se pode entender por “conflito” por uma perspectiva micro, ou seja, da perspectiva de indivíduos e suas relações uns com os outros, os autores também transpõem estes mesmos conceitos e definições para o plano internacional, pois, os mesmos reconhecem que conflito na seara interpessoal, intergrupar e internacional seriam claramente diferentes (PRUITT & KIM, 2004, p. 7).

Nesse sentido, Pruitt & Kim (2004) afirmam que, originalmente, o termo “conflito” significava “briga, batalha ou luta”, ou seja, uma confrontação evidente entre as partes envolvidas. No entanto, o termo teria evoluído para incluir “um forte desacordo ou oposição, como de interesses, ideias, etc.” (WEBSTER *apud* PRUITT & KIM, 2004, p. 7). Deste modo, e partindo da segunda parte da definição acima, Pruitt & Kim (2004) entendem o termo conflito como *uma divergência percebida de interesses, uma crença de que as atuais aspirações das partes são incompatíveis. Ou seja, o conflito é uma crença de que se uma parte conseguir o que quer, a outra (ou outras) não estarão aptas a consegui-lo* (PRUITT & KIM, 2004, p. 7-8 – itálicos próprios).

Pruitt & Kim (2004) chamam a atenção para o fato de que o conflito, assim definido, “pode produzir uma clara confrontação (...) se as partes escolherem uma abordagem contenciosa ou se engajarem em uma resolução de problema conjunta⁵. Porém, os autores completam, que não

⁵ “Na resolução conjunta de problemas, as partes trabalham juntas em busca de uma solução mutuamente aceitável para o conflito; na resolução individual de problemas, um (ou ambos) procuram uma solução mutuamente aceitável por conta própria. A resolução conjunta de problemas quase sempre envolve uma

precisaria ser desta forma, pois eles poderiam, ao invés disso, escolher a complacência, a solução individual problema, ou a evitarem o conflito (PRUITT & KIM, 2004, p. 8).

3.3. Definição de Conflito em Bercovitch et al. (2009)

LoRem Iniciando a discussão sobre o campo da Resolução de Conflitos para os estudos internacionais e expondo a importância destes mesmos conflitos para a necessidade de se teorizar e levantar respostas para tal fenômeno, Bercovitch et al. (2009), entendem o conflito como um “estado psicológico” de relações, uma situação particular “na qual as partes estão conscientes da incompatibilidade de potenciais posições futuras” (BOULDING *apud* BERCOVITCH et al., 2009, p. 4). Nesse sentido e em consonância com a definição de Pruitt & Kim (2004), o conflito seria visto, então, “como uma situação na qual as partes *percebem* uma incompatibilidade de objetivos, mas não necessariamente se engajam em um comportamento mutuamente incompatível” (BERCOVITCH et al., 2009, p. 4 – *itálicos dos autores*).

Adicionalmente, esclarecendo a terminologia da palavra, Bercovitch et al. (2009) afirmam que o termo conflito deriva do latim *confligere*, que significaria “combater juntos” (*strike together*). “Este sentido físico de dois ou mais corpos se movendo um contra o outro tem sido retido por aqueles que oferecem uma definição empírica do conflito”. Definido deste modo, o conflito se referiria, então, a um “evidente e coercivo comportamento iniciado por uma parte contenciosa contra a outra” (BERCOVITCH et al., 2009, p. 4). Por fim, citando Mack & Snider, Bercovitch et al. (2009) consideram que o conflito se referiria a uma gama de fenômenos empíricos que poderiam ser identificados e caracterizados através de quatro (4) condições (MACK & SNIDER, *apud* BERCOVITCH et al., 2009, p. 4): I. pela existência de duas ou mais partes; II. por uma situação de escassez de recurso ou posição; III. pela presença de um comportamento que é projetado para machucar ou ferir o outro⁶; IV. e pela presença de objetivos mutuamente opostos.

Bercovitch et al. (2009) afirmam que tais condições necessárias para a existência de um conflito podem se mostrar tanto entre indivíduos, quanto grupos e nações. Nesse sentido, poder-se-ia falar desde o conflito interpessoal ao internacional. Portanto, “tomando como base essas condições empíricas, podemos gerar um grande número de possíveis situações de conflito ou tipos de conflitos.” (BERCOVITCH et al., 2009, p. 4).

4. SUMARIZAÇÃO E CONTRAPOSIÇÃO DAS DEFINIÇÕES DE CRISE E CONFLITO

Deste modo, trabalhadas tais definições, é possível perceber, tanto nas crises quanto nos conflitos, vários pontos de consonância e dissonância conceituais entre os autores. Ou seja, as

exibição inicial de diferenças e, portanto, um choque de aspirações. Isso significa que é uma forma de confronto aberto, embora certamente uma forma leve” (PRUITT & KIM, 2004, p. 8 – nota de rodapé dos próprios autores – tradução própria).

⁶ Esta definição remete especificamente ao uso da violência física, no entanto, a mesma é utilizada como um exemplo de tipo de “comportamento coercivo”, que pode se dar de variadas formas, e não como uma característica taxativa de que todos os tipos de conflito se darão na forma de violência física.

três definições de crises apresentadas expõem descrições teóricas de mesmo teor, ao mesmo tempo em que apresentam diferenças pontuais importantes. O mesmo sendo válido para as três definições de conflito. Nesse sentido, é possível condensar e resumir quatro (4) principais semelhanças e diferenças conceituais entre Crises e Conflitos, como se segue na Tabela 1:

Tabela 1. Principais diferenças conceituais entre Crises e Conflitos.

CRISES	CONFLITOS
Possuem pressão de tempo de resposta sobre os tomadores de decisão	Divergência percebida de interesses
Geram grande chance de escalada de enfrentamento militar	Presença de duas ou mais partes que se utilizam da coerção para alcançarem seus objetivos
Geram um alto grau de incerteza sobre os resultados posteriores (daquele contexto específico)	Aspirações incompatíveis (inicialmente um jogo de soma zero)
Possuem restrição e constrangimento de tempo para resposta	Escassez de recursos ou de posição das partes

Fonte: Elaboração própria a partir dos conceitos e definições trabalhados até aqui.

É possível notar na tabela acima que Crises e Conflitos, mesmo possuindo uma forte correlação, não significam a mesma coisa. Crises possuem grande pressão de tempo, grande chance enfrentamento militar entre as partes e acontecem em um relativo curto período de tempo, enquanto conflitos, tidos como uma divergência de interesses e posições, podem ser entendidos como um “estágio anterior” às crises, pois, como visto em Brecher (1993), toda crise reflete, de modo geral, um estado de conflito, no entanto, nem todo conflito se reflete em uma crise. Ou seja, uma crise só irá surgir caso um contexto de conflito já se mostre presente anteriormente. Contudo, o inverso não se mostra verdadeiro, pois não seria possível afirmar que a existência de um conflito produzirá, necessariamente, uma crise.

Assim, e a título de exemplificação, será feito, neste momento, uma rápida análise do caso da anexação da Crimeia, em 2014, como forma de se apontar na empiria tudo o que foi dito até aqui, tentando identificar as características de crises e conflitos apresentadas.

4.1. Anexação da Crimeia: Crise ou Conflito? Uma Breve Análise

Como visto no início deste artigo, parece haver poucas dúvidas teóricas, e mesmo empíricas, na literatura que trata do tema, sobre como classificar acontecimentos como a Crise dos Mísseis, de 1962, e de conflitos prolongados como o conflito árabe-israelense. Em outras

palavras, parece haver um consenso em dizer que a Crise dos Mísseis se classifica, teórica e empiricamente, como uma crise, no sentido específico do termo, e dizer que o conflito árabe-israelense se classifica como um conflito que apresenta pontos de crises ao longo dos anos. Mas, o que dizer sobre a anexação da Crimeia ocorrida em 2014? Ela se classificaria como uma crise, como um conflito, ou como ambos?

Pode-se dizer que a anexação da península da Crimeia, operacionalizada pela Rússia em março de 2014, contra a Ucrânia, foi disparada, dentre outros motivos, devido ao contexto de manifestações que ocorreram na Ucrânia, em novembro de 2013, que colocou em colisão as aspirações de parte da população Ucraniana que era a favor da entrada do país na União Europeia, (conhecida como as manifestações da *Euromaidan*), e parte que era a favor de uma reaproximação com a Rússia. As manifestações escalaram para o conflito físico quando as mesmas foram violentamente reprimidas pelo governo do então presidente Viktor Yanukovych, pró-Rússia, se instalando, deste modo, uma guerra civil no país. Após quase 4 meses de confrontos, Viktor Yanukovych, em 21 de fevereiro de 2014, deixa o país e ganha asilo político em Moscou (GARDNER, 2015).

Nesse sentido, a decisão de anexação da Crimeia pela Federação Russa se deveu a inúmeras razões, sendo uma das principais, a incerteza e a possível perda de sua influência e de seu posto costeiro e naval, em Sevastopol, na Crimeia, (que se mostra como um dos principais locais de acesso russo ao Mar Negro) caso o novo governo da Ucrânia cedesse à pressão Europeia e, conseqüentemente, se tornasse um polo de influência política e militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (GARDNER, 2015; EICHLER, 2017). Deste modo, através de uma ação de *fait accompli*, a Rússia enviou tropas militares, sem identificação, à Crimeia para assegurar a proteção da península, evitando uma escalada militar indesejada com o governo Ucraniano (ALTMAN, 2017) e, através de um referendo operacionalizado para obter legitimidade na escolha da Crimeia em se tornar parte da Federação Russa, a Rússia declara oficialmente, em março de 2014, a anexação da península como parte integrante de seu território (GARDNER, 2015; MEREZHKO, 2015).

O que se sucedeu a estes fatos, foram uma série de sanções econômicas, diplomáticas e “individuais”, operacionalizadas, contra a Rússia, pela União Europeia (UE) e pelos Estados Unidos, como uma retaliação à não-aceita anexação. De modo geral, começando pelas sanções econômicas, bancos e companhias de energia russos perderam empréstimos europeus já em andamento, além do embargo de importação de qualquer produto advindo da Crimeia. Já no que concerne às sanções diplomáticas, a cúpula do G8, marcada para ocorrer em Sochi, na Rússia, foi suspensa e se transformou na cúpula do G7 em Bruxelas; a cúpula UE-Rússia também foi cancelada e vários acordos de cooperação bilaterais também foram cancelados. Por fim, as sanções “individuais” se caracterizaram pelo banimento de vistos europeus e congelamento de

ativos a um total de 119 pessoas e 23 entidades corporativas e financeiras tanto na Rússia quanto na Crimeia⁷ (GARDNER, 2015, p. 69; EMERSON, 2014, p. 2; RUTLAND, 2014).

Deste modo, é possível dividir os acontecimentos citados acima em dois momentos distintos para se analisar a viabilidade de considerá-los como crise ou conflito. O primeiro momento seria quando se iniciaram as manifestações e protestos civis na Ucrânia, reivindicando tanto a entrada no bloco europeu quanto a permanência na zona de influência russa. Tal momento pode ser entendido como uma crise⁸, nos moldes mais gerais vistos anteriormente e, nos moldes apresentados por Brecher (2018), percebe-se uma crise de “política externa” para o governo ucraniano. Pois, parece razoável aferir que tanto o Presidente Yanukovich, quanto seu governo e tomadores de decisão relacionados, viram os valores básicos do governo ameaçados na medida em que as manifestações estavam eclodindo, além de se depararem com um relativo curto período de tempo para responderem a elas e às expectativas da UE e da Rússia. Também parece razoável aferir que em meio a esta crise, resultados incertos circundavam as tomadas de decisão, tanto do governo quanto das terceiras partes envolvidas e; a probabilidade de enfrentamento militar chegou ao seu ápice quando a repressão contra os protestos se transformaram em uma guerra civil entre governo, manifestantes e oposição.

Além do mais, o próprio ato da anexação se mostra, também, como uma crise, pois, em certa medida, tal situação colocou a Ucrânia em condições semelhantes mencionadas acima: prejudicaram, como visto em Lebow (1984), a própria capacidade do governo ucraniano se manter no poder; prejudicou seus interesses nacionais concretos juntamente com sua reputação de negociação com a perda da Crimeia, adicionando, a isto, um tempo finito de resposta ucraniano ao acontecimento e uma grande probabilidade de enfrentamento militar caso a Ucrânia resolvesse retomar a península⁹.

Já o segundo momento, pós-anexação e onde a União Europeia operacionalizou uma série de sanções contra a Rússia e contra a Crimeia, não seria entendido como uma crise entre os dois blocos, mas, sim, um *conflito*. Este “novo” contexto pode ter gerado para as partes envolvidas, algum grau de incerteza sobre os resultados posteriores, mas, não gerou nenhum tipo de perigo

⁷ Com relação especificamente ao congelamento de ativos como parte das sanções, o então Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, incluiu uma série de indivíduos, para além daqueles já sancionados pela União Europeia, como forma de pressionar e persuadir o governo russo a desfazer a anexação. Nas palavras de Obama: “Nós podemos calibrar nossa resposta baseado no fato de a Rússia decidir escalar ou desescalar a situação” (THE NEW YORK TIMES apud RUTLAND, 2014, p. 3).

⁸ Aqui se mostra válida a colocação de que, para a existência de tal crise, já deveria haver, à luz das considerações de Brecher (1993), uma suposta divergência percebida de interesses, ou seja, um conflito entre os mais diversos atores domésticos da Ucrânia com relação a estas questões, que sustentaram o surgimento da posterior guerra civil entre governo, manifestantes e oposição.

⁹ Em comparação à Crise dos Mísseis, a crise entre Ucrânia e Rússia certamente não apresentou as mesmas probabilidades e perigos de enfrentamento militar como entre os Estados Unidos e a União Soviética, pois, estes primeiros não possuem o mesmo histórico de rivalidade e ameaças presentes entre os últimos. Porém, visto de forma isolada, é pertinente afirmar que Ucrânia se deparou com as situações de crise mencionadas ao longo deste trabalho e, caso tivesse escolhido retomar o território “perdido”, teria de fazê-lo através de movimentações militares, arcando com um risco, mesmo que incerto, ou pequeno, de enfrentamento com as tropas russas.

de escalada militar iminente, nenhuma situação onde o tempo de resposta fosse curto o suficiente em comparação a outros tipos de crises, e não se deu em um relativo curto período de tempo, pois, as sanções começaram a ser postas em prática em dezembro de 2014, tendo a anexação ocorrido em março de 2014 (GARDNER, 2015, p. 69), um período de tempo longo e incomum se comparado a outros tipos de crises. O que foi gerado, foi uma série de divergências de interesses entre a UE/Ucrânia e a Rússia/Crimeia, onde estes primeiros, como forma de retaliação e coerção, empregaram sanções contra os segundos na tentativa de reverter a anexação.

A ideia de “escassez de recursos” também se mostra válida, pois, enquanto a Crimeia (o “recurso material” em questão) estiver sob o controle russo, ela não estará sob o controle ucraniano/europeu, dando ao contexto um *status* de jogo de soma-zero. Por fim, a ideia do emprego da coerção para se alcançar objetivos também se mostra muito presente, pois, como afirma George (1991b), a UE se utilizou de uma técnica de “diplomacia coerciva”¹⁰ para induzir a Rússia a reverter a anexação, ao mesmo tempo em que evita a escalada militar devido a esta ser, fundamentalmente, uma técnica defensiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora crises e conflitos compartilhem definições origens semelhantes, foi possível perceber com este trabalho que os mesmos não são sinônimos. Pode-se dizer que Crises são ontologicamente semelhantes aos Conflitos, mas a recíproca não é verdadeira, pois, como visto em Brecher (1993), toda crise reflete um estado de conflito anterior, porém, nem todo conflito se refletirá em uma crise. Além do mais, foi possível perceber, com o caso da anexação da Crimeia, que variações entre a teoria e a empiria são possíveis na medida em que um acontecimento não necessariamente pode ser classificado cem por cento como uma crise, ou cem por cento como um conflito. Variações e entrelaçamentos teóricos são possíveis de ocorrer na empiria quando se olha para os diferentes contextos e atores participantes daquela crise ou conflito.

Por fim, a importância de se salientar a noção de que conflitos se mostram como um estágio anterior a uma crise, decorre do possível contra-argumento de que algumas, ou todas, as características apresentadas em Crises também seriam válidas para os Conflitos, como a chance de escalada militar, ou o alto grau de incerteza sobre os resultados posteriores, por exemplo. Contudo, justamente por se considerar que crises devem possuir um estágio anterior de conflito, necessário à existência desta primeira, é que se percebe que ambas as circunstâncias possuem um grau de correlação, mas não são cem por cento iguais, o que permite a diferenciação nos moldes expostos durante este trabalho. Dito de outra forma, as características apresentadas para

¹⁰ Entende-se a Diplomacia Coerciva como os “esforços para persuadir um oponente a parar e/ou desfazer uma ação em que ele já embarcou. (...). Ela procura persuadir um oponente a cessar sua agressão em vez de usar a força para pará-lo”. Adicionalmente, no que concerne às sanções empregadas contra a Rússia, George (1991b) afirma que “Ao empregar a diplomacia coerciva, a qual pode incluir sanções não militares, dá-se ao adversário uma oportunidade de parar ou de recuar antes que se recorra a operações militares. (...). Ele pode ser meramente requisitado a parar o que ele está fazendo; ou ele pode ser requisitado a desfazer o que ele fez” (GEORGE, 1991b, p. 6 – tradução própria).

se contrapor as duas situações, crise e conflito, existem na medida em que um processo de “pré-condição causal” já se iniciou, ou seja, uma situação de conflito deve preexistir para que uma crise possa surgir.

* Recebido em: 7 de maio de 2019

Aprovado em: 20 de julho de 2019.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Dan; 2017; **By Fait Accompli, Not Coercion: How States Wrest Territory from Their Adversaries**; Research Note; *International Studies Quarterly*, Vol. 61, n. 4, p. 881-891.

BERCOVITCH, Jacob; KREMENYUK, Victor; ZARTMAN; I. William; 2009; **Introduction: The Nature of Conflict and Conflict Resolution**; In: BERCOVITCH, Jacob; KREMENYUK, Victor; ZARTMAN; I. William; 2009; *The Sage Handbook of Conflict Resolution*; SAGE Publications.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; 1998; **Dicionário de Política**; 11ª Edição; Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Editora UnB.

BRECHER, Michael; 2018; **A Century of Crisis and Conflict in the International System - Theory and Evidence: Intellectual Odyssey III**; Ed.: Palgrave Macmillan.

BRECHER, Michael; 1993 **Crises in World Politics – Theory and Reality**; Pergamon Press.

EICHLER, Jan; 2017; **War, Peace and International Security – From Sarajevo to Crimea**; Palgrave Macmillan.

EMERSON, Michael; 2014; **The EU-Ukraine-Russia Sanctions Triangle**; Centre for European Policy Studies - CEPS Commentary.

GEORGE, Alexander L.; 1991a; **The Cuban Missile Crisis**; Cap. 11; In: GEORGE, Alexander L.; 1991; *Avoiding War: Problems of Crisis Management*; West View Press.

GEORGE, Alexander L.; 1991b; **Forceful Persuasion: Coercive Diplomacy as an alternative to war**. United States Institute of Peace;

GEORGE, Alexander L.; 1991c; **Strategies for Crisis Management**; Cap. 16; In.: GEORGE, Alexander L.; 1991; *Avoiding War: Problems of Crisis Management*; West View Press.

HALL, Gardner; 2015; **Crimea, Global Rivalry, and the Vengeance of History**; Palgrave Macmillan.

LEBOW, Richard Ned; 1984; **Between Peace and War – The Nature of International Crisis**; The Johns Hopkins University Press.

MEREZHKO, Oleksandr; 2015; **Crimea’s Annexation by Russia – Contradictions of the New Russian Doctrine of International Law**; *ZaöRV*; 75; 2015; pp. 167-194.

NICHOLSON, Michael; 1992; **Rationality and the Analysis of International Conflict**; Cambridge Studies in International Relations.

PAPE, Robert A.; 1996; ***Bombing to Win: Air Power and Coercion in War***; Cornell University Press.

PRUITT, Dean G.; KIM, Sung Hee; 2004; ***Social Conflict: Escalation, Stalemate, and Settlement***; Third Edition; McGraw-Hill Higher Education.

RUTLAND, Peter; 2014; ***The Impact of Sanctions on Russia***; *Russian Analytical Digest*; nº 157; 17 December 2014.